

Dez deputados do PMDB anunciam saída do partido

Do enviado especial a Brasília

O deputado federal Pimenta da Veiga (PMDB-MG), 40, anunciou ontem oficialmente a saída do PMDB dele próprio e de mais nove constituintes do partido, sete de Minas e dois de Pernambuco. Mas dois dos parlamentares envolvidos na operação ainda não confirmaram a decisão: Aécio Cunha Neves (MG) e Fernando Lyra (PE).

Lyra já havia tomado a decisão de sair, mas recebeu um apelo telefônico do governador de seu Estado, Miguel Arraes, para refletir melhor e conversar com ele antes de qualquer definição. Lyra passará o fim de semana em Pernambuco, conversando com Arraes, mas já antecipa: "Não saio ainda, mas saio logo".

Pimenta não deu os nomes dos constituintes que estão deixando o PMDB, mas a Folha apurou a relação completa que deverá ser anunciada formalmente hoje, no plenário do Congresso constituinte, acompanhada de um manifesto no qual os parlamentares dão os motivos da saída.

Os oito que saem hoje e os dois que sairão em seguida decidiram ficar sem partido, formando um bloco independente, até o término dos trabalhos do Congresso constituinte. Depois, aproveitarão a norma constitucional (constante das disposições transitórias aprovadas pela Comissão de Sistematização) que permite a formação de partidos provisórios desde que tenham a adesão de ao menos 30 parlamentares para criar uma nova agrupação.

O motivo da saída, formalmente, é o desmantelamento do PMDB e a predominância, no partido, dos setores tidos como conservadores. Mas, pelo menos no caso dos oito mineiros, pesou muito a questão regional: todos eles são adversários do governador Newton Cardoso, desde a campanha eleitoral, e não tinham espaço no PMDB.

Ainda assim, seus aliados locais disputarão as convenções municipais peemedebistas, marcadas para domingo, em todo o país. Os que

vencerem poderão continuar no partido, indicando seus próprios candidatos às eleições municipais de novembro. Os que perderem, irão para o novo partido, que lançará candidatos próprios em novembro, até porque as regras para as candidaturas, nos partidos provisórios, são bastante simples.

Os grandes líderes

Já os principais líderes ditos "históricos" do PMDB preferem esperar um pouco mais para decidir o rumo a tomar. O senador Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do partido no Senado, disse ontem que a sua saída do PMDB "vai depender do comportamento do partido. Vamos fazer dos quatro anos (para Sarney, nas disposições transitórias) a pedra de toque para saber quem é e quem não é fiel ao PMDB".

Antes dessa declaração, Fernando Henrique havia se reunido com um grupo de dez parlamentares para analisar a situação após as votações de anteontem. Conclusão: o grupo vai estudar as possibilidades de criação de um novo partido, por meio de consultas a seus aliados nos Estados, fixando-se um prazo de 40 dias para a tomada de posição.

Estiveram na reunião, iniciada às 14h30, no gabinete do senador paulista, os deputados federais Saulo Queiroz (PFL-MS, secretário-geral nacional do partido), Jaime Santana (PFL-MA), Ana Maria Rattes (PMDB-RJ), Moema Santiago (PDT-CE), Néilton Friedrich (PMDB-PR), Haroldo Sabóia (PMDB-MA) e o deputado estadual paulista Waldyr Trigo (PMDB), além de Pimenta da Veiga e Cristina Tavares, que preferiram antecipar a saída.

O senador Mário Covas (SP), líder do PMDB no Congresso constituinte, está muito mais longe de sair do que Fernando Henrique. O diálogo dele com a Folha, na tarde de ontem, é eloquente:

Covas — "Eu nunca vou anunciar que vou sair do partido. Quando for para anunciar, será para dizer que já saí. Fico no PMDB enquanto

Fica



CARDOSO

Anteontem no "Jornal da Globo" foi noticiada a saída do PMDB do líder do partido no Senado. Ontem, em Brasília, Cardoso corrigiu suas declarações, dizendo que daria ainda um prazo de 40 dias, de conversas com "suas bases" para tomar uma decisão final. Em julho de 87 o senador advertia a hipótese de sair do partido, pois este chegara ao seu "limite". Em janeiro deste ano, na reunião dos "históricos", Cardoso apoiou a idéia da criação de um novo partido.

achar que o partido é um instrumento capaz de cumprir os compromissos contraídos com a sociedade".

Folha — "Um mandato de quatro anos era um compromisso com a sociedade que o PMDB não cumpriu, porque a maioria do partido votou pelos cinco anos. Com isso, o PMDB não deixou de ser esse instrumento?"

Covas — "Para mim, ainda é".
Outro "histórico" do PMDB, o deputado Euclides Scalco (PR) pre-

No muro



PAZZIANOTTO

O ministro do Trabalho ainda não tomou uma decisão sobre sua permanência no PMDB. Sua saída se confirmada teria amparo na sua condição de candidato a candidato a prefeito de São Paulo e não na questão do mandato de Sarney, que o ministro já disse defender cinco anos. Pazzianotto, que não conta com o apoio do governador Orestes Quéricia e pode não conseguir a legenda do PMDB para disputar a eleição, tem sido sondado para concorrer à Prefeitura pelo PTB.

ferre refugiar-se em verso de Antônio Machado, poeta espanhol, que diz "caminante, no hay camino/camino se hace al andar" para caracterizar a posição do grupo: "Essa pode ser a máxima dos enfeitados".

Também no PFL

A debandada no PMDB, com a saída do grupo Pimenta da Veiga, apenas reforça uma tendência que já vinha de antes da votação de ontem: o partido elegeu 305 constituintes, mas está reduzido a 296,

Sai



PIMENTA

O ex-líder do PMDB na Câmara anunciou sua saída do partido, levando consigo mais seis deputados mineiros (Octávio Elisio, Carlos Mosconi, Mauro Campos, Ziza Valadares, Carlos Cotta e Célio de Castro). Em 86, Pimenta fez campanha para Itamar Franco (atualmente sem partido) ao governo de Minas contra o candidato do partido, Newton Cardoso. Com o apoio de Newton ao Planalto nas votações de anteontem, o deputado viu reduzido seu espaço dentro do PMDB-MG.

que, hoje, serão só 286, ao se formalizar o afastamento dos oito mineiros e dos dois pernambucanos.

Mas não é apenas o PMDB que está sangrando: o fato de dois pefelistas (Saulo Queiroz e Jaime Santana) terem comparecido à reunião com Fernando Henrique mostra que também no PFL há movimentos. Saulo Queiroz, parlamentarista e quatroanista, afirma que as votações de anteontem tiveram um lado positivo, que foi o de gerar "uma nova situação partidária". Mas ele,

Sai



CRISTINA

A deputada pernambucana anunciou ontem sua saída do partido. Não foi a primeira vez. Em maio de 86, durante a campanha eleitoral, Cristina disse que após 15 de novembro (de 86) sairia do partido. Em outubro de 87, ela afirmou oficialmente que estava deixando o PMDB para entrar no PSB. Em janeiro de 88, Cristina, uma das líderes do MUP (Movimento da Unidade Progressista do PMDB), defendeu a tese da criação de um novo partido, durante a reunião dos "históricos".

como os demais pefelistas descontentes, vai esperar as convenções regionais de abril antes de fixarem uma posição definitiva.

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), resume a expectativa dos descontentes em relação à essas convenções: "O PFL vai ter que escolher entre o governo e o partido". Traduzindo: se a maioria pefelista continuar governista, os dissidentes terão que procurar novos caminhos. (Clóvis Rossi)

"Day after"

Ulysses diz que Constituição fica pronta só em maio

Do enviado especial e da Sucursal de Brasília

Ninguém no Congresso constituinte acredita mais na possibilidade de promulgação da nova Constituição brasileira a 21 de abril, nem o presidente da Casa, deputado Ulysses Guimarães, que havia escolhido esta data por ser o dia de Tiradentes, terceiro aniversário da morte do ex-presidente eleito Tancredo Neves e 28º aniversário da inauguração de Brasília. Ulysses previu ontem "mais um mês e meio de trabalho". Outros parlamentares, de diferentes partidos, falam em maio e junho. O mais pessimista é o líder do PDS, deputado Amaral Netto (RJ), que calcula como "data provável" o 4 de julho, "sem contar os trabalhos da comissão de políticos e filólogos encarregados da redação final, que não têm prazo para acabar, por omissão do regimento interno".

"A coisa vai emperrar no segundo turno, após a votação das Disposições Transitórias, pois teremos mais de dois mil destaques", prevê Amaral Netto, fundamentando seu prognóstico no fato de que "são quatro destaques para cada um dos 559 constituintes". De modo geral, são os cincoanistas os mais pessimistas em relação à data provável da promulgação. O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos líderes do Centrão, dá a entender que os trabalhos podem ser prolongar a perder de vista quando afirma: "Penso exatamente o contrário do dr. Ulysses, que tem essa mania de acelerar, acelerar".

"O importante não é a pressa, mas a qualidade do trabalho final", afirma Cardoso Alves. A previsão de Amaral Netto, comunicada em ofício a Ulysses, não comuta o tempo necessário para questões de ordem,

obstruções, votações duplas, buracos negros ou falta de quórum.

Mesmo os parlamentares mais interessados na rápida conclusão dos trabalhos, como o líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas, acham impossível a promulgação a 21 de abril. "Se tivermos, durante 30 dias, a presença daqueles que só compareceram à votação do sistema de governo e mandato permanente (na terça-feira), o trabalho não demora mais do que quatro semanas. Mas como trazê-los? Não fui eu quem os trouxe ontem (anteontem)", disse.

Controvérsia

O presidente do Senado, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), lembra que "ainda não foram votados nem 100 artigos, e são mais de 400, e ainda há mais de mil destaques". Lucena prevê "muita controvérsia" nas votações das questões da Ordem Econômica, como a definição do conceito de empresa nacional e a reforma agrária, e "também na questão da anistia" para os militares cassados. Ele acha que a nova Carta "não ficará pronta antes do final de maio ou começo de junho". É a mesma previsão do líder do PFL, senador Marco Maciel (PE), do líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), e do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ). Os deputados Fernando Lyra (PMDB-PE) e Pimenta da Veiga (PMDB-MG), que se preparam para deixar o partido, acham "impossível" ter uma idéia da data da promulgação, mas querem que seja "o mais rápido possível".

Ulysses não demonstrou ontem seu tradicional ímpeto para dirigir as sessões de votação. Abatido e disperso, chegou a equivocar-se na interpretação do regimento interno, causando reações irritadas de parte do plenário. Alertado por assessores, reconheceu o erro e desculpou-se, sob aplausos dos parlamentares presentes.



O senador Mário Covas abraça o deputado sarneyzista José Lourenço



SURGEM NOVOS 'TRAIADORES DO POVO'

No plenário, ontem, o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) mostra um cartaz (foto) com as fotos de seis parlamentares do DF chamados de "Comunistas traidores do povo". O impresso, assinado pela

"Ação Democrática Popular", mostra senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), deputado Victor Fontana (PFL-SC) que limitava a 12, o número de ministros de Estado. "Fala-se muito em corte do déficit público e temos que dar o exemplo", afirmou Bornhausen. O relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) afirmou que o tema deveria ser tratado em lei ordinária.

'Presidencialismo mitigado' vai a plenário hoje

Da Sucursal de Brasília

Os líderes partidários reúnem-se hoje pela manhã para decidir como será a votação das emendas que ainda existem sobre sistema de governo. O presidencialismo é uma escolha definitiva, mas restam propostas que alteram dispositivos do texto aprovado na terça-feira, entre elas a do "presidencialismo mitigado", inspirado pelo jurista Miguel Reale Júnior e apresentada pelo deputado Manoel Moreira (PMDB-SP).

Na sessão de ontem, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, anunciou o adiamento de votação da emenda Manoel Moreira para hoje, permitindo a fusão

com outras propostas de aperfeiçoamento do presidencialismo. Mais adiante, no entanto, ficou evidente que o processo estava desarticulado e que seria necessário reorganizá-lo. O líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), sugeriu a criação de uma comissão para estudar as adaptações necessárias na passagem do texto da Sistematização (parlamentarista) para o presidencialismo aprovado anteontem.

As emendas do "presidencialismo mitigado" criam a figura do primeiro-ministro "co-responsável" do presidente na administração do país. O chefe de governo, no entanto, continua a ser o presidente. Segundo este sistema, a Câmara dos Deputados, por maioria absoluta de seus

membros, poderá aprovar moção de censura ao primeiro-ministro e exonerá-lo.

A proposta mitigada não é consensual entre presidencialistas ou parlamentaristas. Nos dois grupos, há constituintes que condenam o modelo híbrido, classificado como "monstrego". Há entendimento mais amplo, no entanto, no sentido de que a emenda presidencialista aprovada pode ser aperfeiçoada. As emendas que entrariam em votação com este objetivo serão escolhidas hoje.

Na sessão de ontem, o deputado Eduardo Bonfim (PC do B-AL) defendeu a primeira alteração no texto: a mudança do quórum necessário para aprovar a moção de censura a um ministro (mecanismo

previsto na emenda presidencialista). Pelo texto, dois terços dos deputados devem ser favoráveis à censura para que o ministro caia. Bonfim queria reduzir o limite para a maioria absoluta dos deputados (metade mais um). Após muita discussão, a votação foi adiada para hoje.

Foi prejudicada uma proposta do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) e do deputado Victor Fontana (PFL-SC) que limitava a 12, o número de ministros de Estado. "Fala-se muito em corte do déficit público e temos que dar o exemplo", afirmou Bornhausen. O relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) afirmou que o tema deveria ser tratado em lei ordinária.